CONFEDERAÇÃO
DO COMÉRCIO E SERVIÇOS
PORTUGAL

CIRCULAR

N/REFª: 29/2018
DATA: 17/04/2018

Assunto: **Programa de Estabilidade 2018-2022**

Exmos. Senhores,

Junto se envia comentários da CCP ao Programa de Estabilidade 2018-2022, recentemente apresentado.

Com os melhores cumprimentos,

Ana Vieira
Secretária-Geral

CCP
CONFEDERAÇÃO
DO COMÉRCIO E SERVIÇOS
PORTUGAL

COMENTÁRIOS AO PROGRAMA DE ESTABILIDADE 2018-2022

1. Desde o início da crise das dívidas soberanas no espaço do euro a CCP assumiu sempre uma posição clara que, divergindo da estratégia imposta pela «troika», defende:
   - Que o crescimento da economia não só não é incompatível com a consolidação das contas públicas, como um crescimento que seja controlado e não despesista, mas expressivo (acima dos 2% ao ano) tem um efeito largamente positivo na situação financeira do país.
   - Que a redução do défice orçamental deve ser prosseguida com determinação e de forma consolidada, mas sem que isso se traduza num aumento incompatível da carga fiscal ou em cortes na despesa pública que ponham em causa a qualidade do serviço público e o necessário investimento público. Ou seja, a redução deve ser progressiva e não abrupta e deve ter em especial atenção o serviço da dívida que, mantendo-se em níveis demasiado elevados (da ordem dos 4% do PIB) vai requerer saldos primários incompatíveis com a preocupação anterior.
   - Que uma redução rápida do montante da dívida pública que permitiria reduzir o respectivo serviço não é viável nos temos fixados pela U. Europeia e que, sendo essencial inverter a tendência ascendente desta e iniciar um caminho de redução da mesma, o objectivo fundamental deve ser o de conseguir uma gestão da dívida pública que coloque o seu custo claramente abaixo da variação do PIB nominal.

O que os números da economia em 2017 vieram mostrar foi, claramente, que com a economia a crescer de forma robusta (fruto da conjuntura internacional e de algumas políticas internas, seja na dinamização do Portugal 2020, seja reduzindo os níveis de austeridade) é possível obter resultados significativos que ficaram mesmo, muito acima

das previsões formuladas, inclusivamente pelo próprio Governo. Trata-se, contudo, convêm tê-lo presente, de resultados que, em grande medida, têm que ver com a conjuntura existente e não podem ser vistos como consequência de grandes mudanças estruturais no país que, no essencial, continuam por realizar.

2. É neste cenário globalmente favorável em termos macroeconómicos, que deverá manter-se em 2018, que o governo nos apresenta o seu Programa de Estabilidade (P.E.) para o período de 2018-2022.

   E o que nos diz o referido P.E., é que:

   — A economia vai continuar a crescer, mas desacelerando ao longo do período para valores a rondar os 2% ao ano. A evolução prevista está dependente, em grande medida, do comportamento da procura externa relevante para a economia portuguesa com o crescimento das exportações a acompanhar a evolução daquela procura (ou seja, sem grandes ganhos de quota de mercado, apesar do aumento do investimento previsto).

   — Uma redução mais acentuada do défice do que a prevista anteriormente, passando para uma meta de -0.7% em 2018 e atingindo um saldo positivo já em 2020 (com +0.7%), valor que no ano seguinte será reforçado com uma previsão de 1.4% em relação ao PIB.

     O saldo estrutural (indicador imposto pelo Tratado Orçamental) seguirá, igualmente, esta trajectória com valores previstos de +0.6% em 2021 e de +0.9% em 2022 (acima mesmo das metas do Tratado Orçamental).

   — A evolução para a dívida púbica segue também uma trajectória de redução bastante expressiva, passando de um valor de 122.2% do PIB previsto para 2018 para 102% em 2022. Ou seja, um corte de 20 p.p. em quatro anos (redução anual de 5 p.p. no montante da dívida em % do PIB), valor que se situa claramente, acima, quer do crescimento do Produto e em que, mais do que os juros (o efeito PIB compensa o efeito juros), é o saldo primário do O.E., que mais contribui para esta redução, com uma evolução assente em saldos positivos crescentes que atingem os 4.5% e os 4.4% nos anos de 2021 e 2022.

O próprio governo autoclassifica estas previsões de cautelosas, defendendo, por outro lado, que face aos riscos (sobretudo externos) existentes, devemos ter alguma «almofada» financeira que nos ponha a coberto de situações de ruptura ou de desconfiança extrema. Considera ainda que as alterações nas previsões para o corrente ano decorrem dos resultados, acima do previsto, obtidos em 2017 e que não vão existir medidas austeritárias ou cortes de despesa adicionais.

3. Os comentários gerais que os números constantes do P.E. 2018-2022 nos merecem são os seguintes:
   - As previsões para este ano (e provavelmente para 2019) mais do que cautelosas são improváveis, ou seja tudo aponta para que a economia possa crescer acima do valor apresentado de 2.3% e para que o défice, com o actual O.E. em execução, possa mesmo ficar abaixo dos -0.7% (alguns economistas admitem um valor para o défice próximo de -0.5%).
   - Pelo contrário, as previsões para a próxima década no que respeita aos números das contas públicas são de difícil concretização e imporão quase seguramente medidas restritivas adicionais, necessárias para termos saldos primários em valores que, como dissemos inicialmente, se nos afiguram indesejáveis. O alívio na carga fiscal ficará assim comprometido.

Pelo exposto, a CCP considera:

- Que o esforço de consolidação orçamental e de redução da dívida deve, sem dúvida, ser prosseguido, aproveitando a conjuntura mais favorável, mas que não é compreensível que o governo, a exemplo do discurso, de má memória, do «ir além da troika», queira, agora, «ir além do Tratado Orçamental» em matéria de saldo orçamental. Os números de médio prazo para o saldo primário são inequivocamente penalizantes para o desempenho do serviço público (sem uma reforma do Estado que não foi feita) e para o investimento público e inviabilizam uma redução de impostos, em particular ao nível das nossas micro, pequenas e médias empresas.
- Não está em causa que se possa reflectir em 2018 e, porventura, em 2019, os melhores resultados de 2017 e, deste modo, que se possa ajustar as previsões

para aqueles anos. O problema estará na dimensão da redução a realizar, sobretudo, se os valores apresentados camuflarem uma previsão efectiva, mais favorável, tendo em conta que o ritmo de concretização de relevantes projectos públicos está actualmente aquém do desejável e do que fora inicialmente previsto e em que alguns serviços públicos revelam óbvias ineficiências resultantes de uma clara sub-orçamentação dos mesmos.

- Consideramos, por outro lado, que em matéria de dívida pública – admitindo que a incerteza quanto ao efeito juros deva ser acautelada – que a contração prevista nestes 5 anos é excessiva e que, a não haver alterações adicionais nem no efeito juros nem no efeito PIB, a mesma não deveria ultrapassar os 3.5 p.p. do PIB por ano.
- Por último, a CCP pensa que a previsão para o crescimento da economia (a manterem-se os factores externos condicionantes) deveria ser mais ambiciosa aproximando-nos não apenas do crescimento médio do conjunto da U.E. mas, sobretudo, do conjunto de países da chamada convergência europeia, países que beneficiam dos apoios do fundo de coesão. As previsões para as exportações — a que acresce o risco, não referenciado no P.E., de não conseguirmos manter o saldo positivo da balança de bens e serviços — são pouco conformes com os apoios comunitários em curso e com a ambição de o país atingir ganhos de quota de mercado. Também a trajectória do investimento e, em especial, do investimento público, nos parece ser insuficiente, mesmo com uma previsão de podermos no final deste período ver o investimento público atingir 2.3% do PIB.

Neste quadro, pensamos que o principal ponto crítico é o que se relaciona com uma visão conjunturalista, ou seja com uma clara falta de ambição em matéria de reformas que seriam essenciais para modificarmos o nosso perfil produtivo e que se reflectiriam no médio prazo numa evolução menos alinhada com os ventos da conjuntura e que pressupõe uma competitividade acrescida da nossa economia.

16/Abril/2018